

Carta ao Leitor

O tema a que esta edição dá realce é o das microempresas brasileiras. Elas são 77% do total de empresas recenseadas pelo IBGE em 1985, chegando a 90% no caso do setor de serviços. Mas absorvem 20% do total de pessoas ocupadas e geram apenas 3% do total das receitas. O que são essas empresas? em que setores atuam? que diferenciação interna apresentam? que tipo de função social e econômica vêm preenchendo? que tipo de problemas enfrentam? até que ponto e de que maneiras cabe ao Estado apoiar seu desenvolvimento? Essas são algumas das questões abordadas por Carpintéro, Souza e Bacic em seu artigo, no qual analisam informações do Censo de 1985 e lançam por terra algumas concepções correntes.

Segundo esses autores, a definição de microempresa utilizada pelo IBGE — a mesma do Estatuto da Microempresa — é problemática, pois tem como critério o faturamento. Assim, inclui, de um lado, empresas que são apenas ineficientes e de baixa rentabilidade e deixa de fora um setor de empresas dinâmicas e de ponta que têm faturamento superior ao limite fixado, mas que seriam consideradas micro se o critério fosse outro, o de volume de pessoal ocupado — até 10 pessoas, por exemplo.

Esse último grupo fica excluído também dos incentivos às microempresas e talvez fosse o que maior retorno poderia trazer para a economia e a sociedade, pois abarca empresas que se enquadram no que vem sendo chamado de *entrepreneurship* e estão comprometidas com algo fundamental para o país: o desenvolvimento tecnológico, seja referente a projetos, produtos ou processos. Trata-se de empresas de alta tecnologia, que são o objeto das reflexões de Baêta e Leite, os quais tratam de suas dificuldades em obter financiamentos de longo prazo e capital de risco e da relevância que, neste caso, adquire o papel do Estado e, mais especificamente, o Banco do Brasil, no fomento a um modelo de desenvolvimento auto-sustentado.

Ainda na linha de desenvolvimento tecnológico, esta edição apresenta o trabalho de Perilo e Medeiros, que relatam um caso bem sucedido de formação de um pólo tecnológico: o de São José dos Campos. Sua pertinência prende-se não só ao registro histórico, mas à discussão de como pode ser feito o encadeamento entre pesquisa, inovação tecnológica e indústria.

Na área de recursos humanos, Bergamini desfaz uma confusão que se criou entre dois fenômenos essencialmente distintos: o comportamento resultante de um móvel interno ao indivíduo — a motivação — e o que consiste em uma reação a estímulos externos. A percepção dessas diferenças e suas implicações é de importância óbvia para o sucesso de qualquer política de RH de uma empresa.

No âmbito das questões mais imediatas, temos duas contribuições importantes. Uma, de Amaral da Costa, trata da determinação do preço de venda de um produto. O método do valor presente, segundo o autor do artigo, tem sido aplicado com sucesso em algumas empresas e é aqui explicado e ilustrado através de simulações. A outra contribuição é dada pela Pesquisa Bibliográfica, na qual Virzi trata do planejamento financeiro.

Já o texto de Marinho é mais teórico: uma reflexão sistemática sobre como se determinam os objetivos de uma organização. É um artigo útil para os *scholars* e os planejadores estratégicos.

Finalmente, as resenhas e informativos trazem dados e comentários importantes sobre teses, publicações e eventos que estão ocorrendo dentro e fora do Brasil e que interessam ao administrador de empresas.

Bom proveito!

Gisela Taschner Goldenstein
Diretora-responsável